Recurso Extraordinário para fins de seu conhecimento. Recurso Extraordinário que não se conhece.

DECISÃO: Acorda o Pleno do TARF, à unanimidade, em preliminar, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira, sendo substituído pela Conselheira Suplente Karoline Cord Sá.

Sala das sessões, Brasília/DF, 11 de setembro de 2024

VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO

Presidente

GIOVANI LEAL DA SILVA

Redator

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO

Processo nº 04044-00004351/2024-00; Recurso de Jurisdição Voluntária nº 40/2024; Recorrente: ARQMAX EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.; Advogada: Jacqueline Marques Froguer Siqueira OAB/PR 53.832; Recorrida: Fazenda Pública do Distrito Federal; Relator: Conselheiro Paulo Bruno Ribeiro de Oliveira; Data do julgamento: 23 de setembro de 2024.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 251/2024

EMENTA: ICMS. TESE DO TEMA 1.093 DO STF. EMENDA CONSTITUCIONAL 87/15. LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2022. DECRETO Nº: 33.269/2011. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. DIREITO À RESTITUIÇÃO CONFIGURADA OBSERVADOS OS PROCEDIMENTOS REGULAMENTARES. A Tese fixada para o Tema 1.093/STF: “A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais”. Trata-se da Lei Complementar nº 190/2022 que no artigo 3º condicionou a produção dos efeitos à observância do princípio da Noventena, “vacatio legis”, o que ocorreu apenas em abril de 2022. Na hipótese dos autos, a repercussão do Tema 1.093/STF não se aplica a situação, visto que o fato gerador só ocorreu em 2023. Assim, o recorrente faz jus à restituição do tributo, atualizado monetariamente, observados os procedimentos dos artigos 111 e seguintes do Decreto nº 33.269/2011. Recurso de Jurisdição Voluntária conhecido e provido.

DECISÃO: Acorda o Pleno do TARF, à unanimidade, em conhecer do recurso para, também à unanimidade, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Marta da Silveira e Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira sendo substituídos, respectivamente, pelas Conselheiras Suplentes Gabriela Lima e Samara de Oliveira Freire.

Sala das sessões, Brasília/DF, 23 de setembro de 2024

VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO

Presidente

PAULO BRUNO RIBEIRO DE OLIVEIRA

Redator

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO

Processo nº 0040-006324/2009; Recurso Extraordinário nº 53/2023; Recorrente: FNS PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA ME; Advogada: Fabiana de Amorim Secundo OAB/DF 35.662; Recorrida: Fazenda Pública do Distrito Federal; Representante da Fazenda: Procuradora Nayara Sepulcri de Camargo Pinto; Relator: Conselheiro Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira; Data do julgamento: 23 de setembro de 2024.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 264/2024

EMENTA: ICMS. LEI Nº 1.254/1996. PADARIA. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO. ALÍQUOTA 12%. APLICAÇÃO. ESTABELECIMENTO ASSEMELHADO. Na esteira dos preceitos inscritos no artigo 18, inciso II, alínea “d”, item 1, da Lei nº 1.254/1996, aplica-se a alíquota de 12% para apuração do imposto incidente sobre o fornecimento ou saída de refeição, bebidas não-industrializadas e sobremesas, por restaurantes, bares e estabelecimentos similares, “in casu”, padarias, enquadradas nesta última hipótese legal, sobretudo considerando que a matéria que fora objeto do debate nesta instância recursal se fixou somente à questão de direito. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. LEI COMPLEMENTAR Nº 943/2018. Considerando as alterações nos dispositivos da Lei Complementar nº 435/2001, é possível verificar que atualização monetária e incidência de juros moratórios dos débitos tributários distritais deve ser apurada com base na taxa Selic, a partir de 14 de fevereiro de 2017, utilizando como fundamento a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.062 de Repercussão Geral. Sendo assim, cabível a reforma da decisão combatida, a fim de que seja adequada ao entendimento ora fundamentado. Recurso Extraordinário conhecido e provido.

DECISÃO: Acorda o Pleno do TARF, à unanimidade, em conhecer do recurso para, à maioria de votos, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Foram votos vencidos os dos Cons. Manoel Curcino, que dava provimento parcial ao recurso, sendo acompanhado pelos Cons. Paulo Bruno, Fernando Rezende, Júlio Cezar de Abreu e Carlos Vieira. Ausente, justificadamente, a Conselheira Marta da Silveira, sendo substituída, pela Conselheira Suplente Gabriela Lima e Silva.

Sala das Sessões, Brasília/DF, 25 de setembro de 2024

VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO

Presidente

RYCARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

Redator

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO

Processo nº 04034-00011739/2023-13; Recurso de Jurisdição Voluntária nº 4/2024; Recorrente: RENATA CRISTINA FARAY MELO CORREIA; Recorrida: Fazenda Pública do Distrito Federal; Relator: Conselheiro Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira; Data do Julgamento: 25 de setembro de 2024.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 265/2024

EMENTA: IPVA. DECRETO Nº 34.024/2012. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. COMPENSAÇÃO DO VALOR DO CRÉDITO. EXISTÊNCIA DE DÉBITO COM A FAZENDA PÚBLICA DO DF. DATA DO FATO GERADOR. Constatando-se a existência de débito em face da contribuinte, a compensação em parte com o crédito de sua titularidade, pleiteado e deferido, encontra guarida na legislação de regência, “in casu”, sobretudo considerando que o fato gerador do IPVA ocorre no dia 1º de janeiro de cada ano, impondo seja mantida a decisão recorrida. Recurso de Jurisdição Voluntária conhecido e desprovido.

DECISÃO: Acorda o Pleno do TARF, à unanimidade, em conhecer do recurso para, também à unanimidade, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Fernando Antonio Rezende Junior, e Carlos D’Aparecida Pimentel Vieira, sendo substituídos, respectivamente, pelos Conselheiros Suplentes Fernando Rosa e Nyvea Lourenço.

Sala das Sessões, Brasília/DF, 25 de setembro de 2024

VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO

Presidente

RYCARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

Redator

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PORTARIA Nº 38, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 105, I, da Lei Orgânica do Distrito Federal, artigos 3º, 4º e 93º da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008 c/c o art. 33, XXIII, do Decreto nº 37.166, de 08 de março de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar público o Manual de Aquisições e Contratações com os fluxogramas da Dispensa e da Inexigibilidade, aprovado pela Diretoria Executiva-DIREX, conforme documentos constantes no processo 00413-00000119/2024-61.

Art. 2º O inteiro teor do referido Manual e seus fluxogramas encontra-se disponível no sítio eletrônico: <https://www.iprev.df.gov.br/>.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL GALVÃO RODRIGUES DA SILVA

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES CONSELHO FISCAL

EXTRATO DA ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

I - DATA, HORA E LOCAL: Em 24/09/2024, às 9h57min, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - CONFIS/INAS. II - COMPOSIÇÃO DA MESA: Conselheiros Titulares representantes do Governo: Thiago Rogério Conde, Secretário Executivo da Secretaria Executiva de Finanças da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF; e Rafaella Gomes Corado, Coordenadora da Coordenação da Proposta de Diretrizes Orçamentárias da Subsecretaria de Orçamento Público da Secretaria Executiva de Finanças da SEEC/DF. Conselheiro Titular representante dos Servidores beneficiários do Plano de Assistência Suplementar à Saúde GDF-SAÚDE: Maurílio de Freitas, indicado pelo SINDIFICO. III - REGISTROS: Registra-se que o Senhor Luciano Cardoso de Barros Filho, Diretor da Diretoria de Finanças do INAS participou da reunião na qualidade de convidado. IV - CONVOCAÇÃO: na forma do artigo 4º do Regimento Interno do CONFIS/INAS. V - ORDEM DO DIA: a) apreciação do Balanete de agosto/2024; b) apreciação do Relatório de Acompanhamento das Receitas e Despesas; c) verificação de Processos de Receitas e Despesas; d) verificação da Execução Orçamentária; e) outros assuntos de competência do Conselho Fiscal. VI - DELIBERAÇÃO: Após examinar os documentos apresentados pela Diretoria de Finanças, o colegiado deliberou por convidar o Senhor Luciano Cardoso de Barros Filho, o qual dirimiu as dúvidas apresentadas; prestou os esclarecimentos que se fizeram necessários; e disponibilizou a Diretoria para esclarecimentos ulteriores. Em seguida, o Presidente, em consonância com o colegiado, registrou que a próxima reunião ordinária será realizada em 30/10/2024. ENCERRAMENTO: O Presidente encerrou a sessão às 11h4min, e Eu, Ana Claudia Rodrigues de Sousa dos Santos, lavrei a ata que foi lida, aprovada, e inserida no Processo Nº 04001-00000249/2024-51, por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEL, assinada eletronicamente e publicada no site do INAS: <https://www.inas.df.gov.br/>. Este extrato será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.